

# Corte de Haia ordena fim da ofensiva de Israel em Rafah

Presidente do tribunal alerta contra atos que possam causar 'destruição física total ou parcial dos palestinos'



Revisão para Israel. Juízes da Corte Internacional de Justiça em Haia, reúnem-se para dar o veredicto sobre o pedido do sul africano: governo israelense rebateu

novel atividade

A colheita um pedido para medidas provisórias da África do Sul, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) determinou ontem que Israel interrompa "imediatamente" o ataque terrestre à cidade de Rafah, no sul da Faixa de Gaza. Os juízes da corte citaram a "desastrosa" situação humanitária no enclave de 2,3 milhões de habitantes, afirmando que a ofensiva israelense e quaisquer atos que possam causar a destruição total ou parcial dos palestinos devem cessar.

Previamente, a acusação de Tel Aviv de agir com "intenção genocida" em Gaza perante a corte, classificou a decisão como "inovadora", ao passo que Israel afirmou que as acusações são "falsas, ultrajantes e moralmente repugnantes", assegurando que "não conduziu nem conduzirá" ações militares em Rafah que pos-

sam colocar em risco a população civil.

"A Corte considera que, em conformidade com as obrigações decorrentes da Convenção do Genocídio, Israel deve suspender imediatamente sua ofensiva militar e qualquer outra ação na província de Rafah que possa infligir aos palestinos em Gaza condições de vida que possam provocar sua destruição física total ou parcial", disse o presidente da corte, Nawaf Salam, ao ler a decisão.

## LIBERTAÇÃO DOS REFUGIADOS

De lado de fora da corte da ONU, com sede em Haia, um pequeno grupo de manifestantes pró-Palestina agitava bandeiras e tocava música. O órgão judicial também determinou que a passagem de Rafah, na fronteira com o Egito, deve ficar aberta para entrada de ajuda humanitária "sem restrições" e também pediu a "libertação imediata e incondicional" dos reféns sequestra-

dos pelo Hamas durante o ataque terrorista em 7 de outubro — cerca de 125, incluindo mortos e vivos.

A decisão da CIJ, que é jurisdiccionamente vinculante, atende a um pedido para medidas provisórias da África do Sul apresentado na semana passada e faz parte de um caso apresentado em dezembro, acusando Israel de genocídio, algo que o Estado judeu rejeita. No fim de janeiro, a corte ordenou que Israel cessasse suas ações para evitar atos de genocídio, mas não pediu um cessar-fogo, já em fevereiro, rejeitou o pedido da África do Sul para impedir que Israel lançasse a operação em Rafah. A maior parte do caso, que se definiu a operação de Israel em Gaza tem como objetivo o genocídio palestino no território, se deve começar a ser discutida no ano que vem.

Uma declaração conjunta

do porta-voz da Chancelaria e do chefe do Conselho de Segurança Nacional israelense, divulgada após a decisão, argumentou que, depois do ataque em outubro, Israel iniciou uma guerra "defensiva e justa" para eliminar o Hamas e garantir a libertação dos reféns, agindo "com base no seu direito de defender o seu território e os seus cidadãos, de forma consistente com os seus valores morais e em conformidade com o direito internacional, incluindo o direito humanitário internacional".

## GUTERRES: É VINCULANTE

O comunicado afirmou ainda que Tel Aviv "continuará" permitindo que a passagem de Rafah permaneça aberta para a entrada de ajuda humanitária em Gaza a partir do lado egípcio da fronteira, ao mes-

mo tempo em que evitará que "grupos terroristas" controlem o ponto de trânsito.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, através do seu porta-voz, Stéphane Dujarric, enfatizou que as decisões da corte são "vinculantes" e devem ser "devidamente respeitadas". Mas, embora Israel reconheça a jurisdição da CIJ, a corte não dispõe de meios próprios para fazer a decisão ser cumprida.

Políticos de extrema direita do Gabinete do premier Benjamin Netanyahu (já afirmaram que a corte não iria ser ouvida caso tentasse se opor aos objetivos militares de Israel. Em publicação no X (antigo Twitter), o ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, defendeu a "conquista de Rafah", a escalada da pressão militar e a destruição total do Hamas até a vitória total".

O líder da oposição, Yair Lapid, também condenou a decisão de Haia, chamando a medida de "um colapso moral e um desastre moral".

A decisão, por outro lado, foi saudada pelo Hamas, pela Autoridade Nacional Palestina (ANP) e por autoridades da África do Sul, incluindo o presidente Cyril Ramaphosa. O porta-voz da ANP, que administra parte da Cisjordânia, afirmou que a decisão da corte "representa um consenso internacional sobre a exigência de pôr fim à guerra total em Gaza".

Já as organizações humanitárias Oxfam Internacional e ActionAid, bem como o presidente do Egito, Abdel Fattah el-Sisi, pediram ao governo israelense que respeite e cumpra a decisão do tribunal.

Com NYT e AFP

## No app do GLOBO, a notícia fica ainda mais perto.

**Faça o download e tenha muito mais informação onde e quando quiser.**

- Todas as nossas editorias (Rio, Brasil, Mundo, Política, Economia, Saúde, Esportes, entre outras) com conteúdos exclusivos;
- Opiniões e análises dos melhores colunistas;
- Acesso à edição impressa diariamente. Se preferir, leia em modo offline;
- Carteirinha do Clube O Globo para garantir benefícios e vantagens.



Aponte seu celular para o QR Code e baixe agora mesmo.



Assinantes do Globo impresso 7 dias ou combo impresso/digital têm acesso a todo este conteúdo. Quer saber mais? Fale com O Globo pelo WhatsApp (21) 4002 5300. Baixe o App do Globo no Google Play (Android) ou Apple Store (iOS).